

Independências e novos cânones do pensamento africano

A tragédia do pensamento africano tem a ver com a ausência de ideologia, dizia Amílcar Cabral. Mas ele não se referia aos debates sobre o fim das ideologias, posteriores à sua observação, mas sim à timidez de vontade própria, de projeto político próprio, à contraposição do mimético que caracterizou a África pós-independente. Na fonte dessa postura: a persistência do princípio da inferioridade africana.

Foi Hegel quem melhor sintetizou, no pensamento filosófico, a percepção mantida no Ocidente de que a África era dominada por uma presença humana inferior, traçada pelo destino de Caim. Ao proclamar que a África era incapaz de produzir História, aliava-se a visão de que a civilização veio da escrita e a reivindicação do Egito como não africano, ou negro, e do Mediterrâneo como berço de um mundo iluminado apenas por europeus.

Sabemos que todas essas categorizações são historicamente inconsistentes e apenas reflectem várias formas de produzir alteridade. Mas ao longo do tempo a sua persistência, veiculada pelos detentores do poder, foi de tal ordem, que ainda hoje, de forma muitas vezes explícita, embora mais frequentemente implícita, acredita-se numa certa inferioridade africana. Essa percepção ultrapassou a visão do colonizador e atingiu em cheio o colonizado, que tem uma visão de si mesmo influenciada por complexos e uma constante recorrência à identificação tradicional e inferiorizada da política. No fundo isso é ausência de vontade própria, ausência de ideologia.

Outra consequência maior é misturar a África num objeto único de estudo e classificação, como se a enorme diversidade do continente coubesse no cabaz estreito da inferioridade.

Não surpreende que a África tenha uma dificuldade maior de relacionamento com a modernidade, tal como ela foi e é definida. Não surpreende porque a África, agora sim no seu todo, foi abalada pela experiência colonial, que deixou marcas mais profundas do que o próprio tráfico de escravos. É que este último muitas vezes utilizou mais

do que destruiu as estruturas políticas e comerciais africanas.

O papel dos intelectuais

Quando as elites protonacionalistas começaram a se manifestar, o seu desejo primeiro era de serem considerados cidadãos integrais, com direitos plenos, como os almeçados, por exemplo, pela Revolução Francesa. O seu ponto de referência era a construção de uma harmonia *nacional*. Era, pois, natural que houvesse uma evolução para conquistar uma expressão nacional diferenciada, até porque a luta das elites protonacionalistas teve eco no imaginário popular, mas com outro tipo de reivindicações. Elas queriam mostrar as suas diferenças em relação a quem os dominava e nunca as considerou seres iguais. Os intelectuais africanos ficaram sempre presos às suas comparações com a modernidade externa, ao mesmo tempo que queriam afirmar-se diferentes. A dimensão nacionalista sempre minou a capacidade crítica.

Os intelectuais africanos na sua grande maioria adoptaram os princípios da *modernidade*, dando-lhe uma racionalidade nacionalista interna: governo forte; liderança carismática, direito legítimo – na concepção *weberiana* – e soberano. O facto de se tratar de um nacionalismo sem nação não parecia incomodar. O arquétipo Estado-nação tinha sido adoptado por todos como símbolo e referência da modernidade; por isso mesmo os africanos não podiam ficar para trás. Com esta adopção vinha todo um enredo de políticas e direitos que pressupunham um comportamento moderno. Os dirigentes dos primeiros países independentes foram muito criativos na adaptação – alguns chamaram-lhe africanização – do autoritarismo e centralidade do Estado. Construíram barreiras para parecerem modernos aos olhos do exterior e *autênticos*, ou tradicionais, para o seu público interno. Este processo de uma certa forma continua ainda presente, 50 anos depois do surto independentista. Um dos parâmetros mais importantes do moderno pensamento africano logo foi o pan-africanismo, nascido primeiro fora do próprio continente – com expoentes como W. E. B. Dubois, George Padmore,

Dudley Thomson – e trazido para dentro por correntes políticas nacionalistas. Ele tinha a virtude de servir de contraponto a uma imagem unitária do continente, construída à volta da inferioridade africana. Mas apresentou desde o início uma série de fraquezas, a mais importante das quais era o próprio nacionalismo. A fonte de afirmação dos novos Estados (que se predispuseram, na constituição da Organização da Unidade Africana, a não contestar as fronteiras herdadas do colonialismo) contradizia o propósito proclamado de unificação do continente. Mas mesmo assim essa ideologia pan-africanista encontrava ressonância, visto que ela servia de contraponto e posicionava o continente numa vertente de contestação do tipo nacionalista, mas desta feita a nível continental. E foi assim que a África moderna se manifestou perante o mundo: com uma ideologia fraca, e não com um objectivo pragmático.

Os grandes pensadores do nacionalismo foram do Norte de África – Habib Bourguiba da Tunísia, Gamal Abdel Nasser do Egito e Mohamed V de Marrocos – enquanto os ferrenhos pan-africanistas estavam mais ao Sul – Hailé Sellasié da Etiópia, Jomo Kenyatta do Quênia, Keneth Kaunda da Zâmbia, Ahmed Sekou Touré da Guiné-Conacri, Modibo Keita do Mali, Julius Nyerere da Tanzânia e, o maior deles todos, Kwame Nkrumah do Gana.

As lutas de libertação *nacional*, como eram conhecidas as lutas dos movimentos independentistas, também tinham um espaço importante no imaginário dos intelectuais africanos. Esses movimentos influenciavam o pensamento dos intelectuais e davam um foco claro às reivindicações internacionais africanas. Só a libertação da África do Sul do regime de *apartheid* encerrou esse foco, que durou várias décadas. Paradoxalmente essas lutas serviam de ponte entre os princípios nacionalistas e os princípios pan-africanistas. As lutas da Argélia, das colónias portuguesas e, mais tarde, da Rodésia e África do Sul, serviram de atracção para as relações internacionais do continente. A visão política dos intelectuais africanos sempre foi ambígua em relação à democracia. Quando se estabeleceu a Associação

Africana de Ciências Políticas, AAPS, em Dar-es-Salam, de cujo directório viriam a sair muitos dirigentes políticos africanos, o foco era a análise de *classe*. A influência marxista foi muito forte, mas criativa. Não se tratava de uma adopção pura e simples dos dogmas marxistas em voga, mas sim de uma tentativa constante de ver como aplicar os princípios da análise de classe ao terreno africano. Em plena guerra fria era natural que muitas vezes esses debates fossem influenciados do exterior, tanto a favor como contra uma certa análise marxista; que permeava mesmo os redutos mais fortes da visão puramente capitalista, como a Costa do Marfim de Houphoet Boigny. Tanto em Dar-es-Salam como em Dacar havia um ambiente cosmopolita, com *intelectuais* vindos de muitos outros países, patrocinados pela benevolência intelectual dos presidentes Nyerere e Senghor. A acolhida das ideias de Frantz Fanon, Amílcar Cabral e outros nacionalistas pensadores era muito grande. A contribuição da nova vaga de historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop aumentava a vontade de mostrar uma África de pirâmide invertida: em vez da inferioridade, lisonjear uma certa autenticidade que dava um carácter humano superior aos africanos.

A agenda condicionada

Apesar do surgimento de pensadores africanos com projecção continental, a África nunca se libertou da síndrome da inferioridade.

O debate sobre a etnologia e a antropologia teve um grande protagonismo em África. No campo da historiografia as batalhas foram imensas para uma afirmação africana, apenas parcialmente conseguida com a publicação da volumosa *História Geral de África*, feita fundamentalmente por africanos, sobre a égide da UNESCO. Na linguística, a luta pelo reconhecimento das línguas nacionais não ganhou muito terreno na maioria dos países. E ainda hoje dividem-se os africanos entre arabófonos, francófonos, anglófonos e lusófonos. Na ciência política disputou-se primeiro a aptidão dos africanos para construir um Estado moderno e logo para estabelecer a democracia, dado o recorde

de golpes de Estado e violações de direitos fundamentais. Enfim, em quase todas as frentes a marginalização do pensamento do continente continuou a ser notória, tanto mais que as vozes estridentes e dissonantes eram aplacadas no próprio continente. No campo do direito o advento da sociedade civil, do aparecimento de grupos organizados de jovens, mulheres, comunidades, mudou a natureza da interacção do Estado e contextualizou a luta nacional para um terreno mais fragmentado. A nação deixou de ser emplacada com o território, e com esse novo paradigma rebentou um sem-mundo de lutas identitárias, aproveitadas politicamente de várias formas nos vários países: algumas de traço moderno, outras bem arcaicas. A luta por um direito cidadão, ou direito de participação, dominou as últimas duas décadas em África. Essa pressão vinda de baixo, na expressão do cientista político francês Jean François Bayart, ameaçou todos os cânones do pensamento africano. Obrigou os intelectuais a mudar de cardápio. Forçou os políticos a inverter o discurso sobre a democracia. Criou cumplicidades entre activistas completamente desconhecidos pouco antes, com movimentos externos, que os influenciaram, e muitas vezes os financiaram também. No que respeita à economia, a crise dos preços do petróleo de 1973 e 1979 mudou completamente as tendências económicas em África, provocando dívidas impagáveis e aquilo que o estudo então elaborado por Eliot Berg para o Banco Mundial disse serem problemas *estruturais* nas economias africanas. Assim sendo, o tipo de intervenção multilateral deveria centrar-se em programas de *ajustamento estrutural*. É curioso assinalar que este diagnóstico, na época feito apenas para a África subsariana, depressa se tornou uma referência para o desenvolvimento. O credo liberal então no seu apogeu acreditava que os problemas estruturais podiam resolver-se com mais liberalização e redução do papel interventivo do Estado. Com a introdução da condicionante económica, as economias africanas ficaram sem opção e tiveram que adoptar estes novos princípios de uma forma ortodoxa e inflexível.

Infelizmente o condicionalismo ficou tão apelativo e os países africanos estavam em tal curva descendente que o escopo de intervenção da macroeconomia estendeu-se a praticamente todos os sectores da vida pública: educação, saúde, investigação, infraestrutura e até governança. Dada a precária auto-estima das elites africanas, não foi de espantar o impacto negativo que estes desenvolvimentos tiveram na evolução de um pensamento próprio.

Porque a globalização experimentava o seu período áureo nos anos 80 e 90, logo se gerou uma série de associações infelizes: transições democráticas falhadas, globalização polarizante e ajustamento estrutural sem resultados positivos pareciam facetas de uma agenda condicionada.

A frente da recusa

Devido à própria situação do continente, as análises tendem a tornar-se pessimistas, tendo a dado momento inclusive contribuído para criar um movimento chamado de afropessimismo. Na realidade muitas tomadas de posição fortes sobre as questões aqui assinaladas não têm tido a mesma repercussão dentro e fora de África: Senghor protagonizou o movimento de valorização da negritude; Anta Diop energeticamente defendeu a origem negra do Egipto; Ngugi Wá Thiong'o obrigou a uma nova oportunidade para as línguas africanas; Ali Mazrui questionou a divisão entre árabes e africanos negros; Elikia Mbokolo e Jean Loup Amselle ofereceram uma interpretação da etnicidade africana completamente diferente; Archie Mafeje introduziu uma concepção distinta da questão da terra; Axelle Kabou provocou todos com um livro expondo as razões estruturais da recusa do desenvolvimento; Patrick Chabal estudou de forma diversa a verdadeira resistência às aparências democráticas; Thandika Mkandawire demonstrou brilhantemente a interferência externa nos projectos económicos e de construção de aparelhos de Estado em África. Os exemplos multiplicam-se, mas nenhum deles ultrapassou as fronteiras africanas ou dos africanistas. A presença de uma diáspora de intelectuais africanos nas universidades europeias e americanas vai contribuir para uma dimi-

nuição deste fosso. No entanto, a relação da África com a sua diáspora ainda é muito ambivalente. Os africanos muitas vezes ressentem-se do facto de a diáspora mais antiga ter uma visão mítica da África, completamente virada para o passado e distorcida do ponto de vista historiográfico. Existe uma antipatia em relação à utilização do folclore africano de uma forma mercantil e sem referências aos valores culturais e espirituais na origem dessas manifestações identitárias. As diásporas antigas, por seu turno, recusam uma associação próxima com os intelectuais africanos, por verem nestes uma ameaça à sua própria idealização do continente. As diásporas novas podem servir de ponte, por causa da sua própria natureza: muitas vêem a globalização como uma oportunidade. Muitos dos intelectuais nascidos em África, mas diasporizados, são activistas de movimentos e redes mundiais, o que facilita o seu entendimento com a globalização. O seu regresso ao continente faz-se cada vez mais através de participações em redes, muitas virtuais, e não necessariamente através do regresso físico. Estes parâmetros ajudam a diminuir o isolamento do pensamento africano.

As relações internacionais

A substituição da Organização de Unidade Africana pela União Africana não é mera cosmética. É uma mudança importante de rumo, pois por detrás da UA está a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, ou NEPAD, liderada pela África do Sul, Nigéria, Argélia e, até recentemente, Senegal. Ambos os processos, juntamente com a evolução das questões relacionadas com manutenção de paz e gestão de conflitos, mostram uma vontade de arrumar a casa que não existia antes. A OUA era voltada para o protesto, enquanto a UA, embora com muitas limitações em relação à retórica, volta-se para dentro, para a introdução de valores democráticos. Esta não é uma tarefa fácil mas, se bem sucedida, pode ser mais uma resposta ao eterno dilema de fazer contraponto à imagem de inferioridade africana. Uma redução drástica do PNB *per capita* da África até ao novo século desmoralizou o Estado e enfraqueceu os serviços públicos.

A desconfiança mútua em relação aos sistemas de ajuda não facilita contemporizações. O desgaste do condicionalismo ainda está longe de ter sido ultrapassado. A luta pelo desenvolvimento está marcada por procura de espaço na globalização, sobretudo através de um comércio mais justo e uma parceria mais equilibrada. Guerras fratricidas mostraram que o maior problema dos conflitos no continente é dentro dos países e não entre eles. Todas estas razões militam em favor de novas formas de olhar a soberania não como um princípio sacrossanto, mas algo que precisa de ser revisto. O aparecimento de blocos regionais durante algum tempo até criou algumas expectativas. Mas essa diplomacia económica ainda não tomou rumo. Com excepção da Comunidade dos Países da África Austral, a SADC, nenhum dos outros blocos regionais é verdadeiramente centrado nas questões económicas. No entanto, as zonas monetárias do franco CFA, dependente da França, e a SACU, dependente da África do Sul, continuam à espera de ser exploradas como motores de integração regional mais fortes. Para tal, o NEPAD teria de sair do papel, o que ainda não é o caso.

A África hoje

A África esteve muito ocupada com a resolução de conflitos. Assim sendo, é difícil imaginar as relações internacionais do continente saírem completamente dos parâmetros do passado. Terá um pendor menos pan-africanista e nacionalista, seguramente. Mas ainda não estamos em um período de libertação dos fantasmas que tanto ocuparam as elites africanas. O continente vive desde 2000 um novo fôlego. Crescimento de todos os indicadores económicos, novas parcerias com países emergentes, em particular a China, novo relacionamento com a Europa, chegada das novas tecnologias de comunicação, afirmação de elites jovens, urbanizadas e pós-modernas. Foi preciso esperar 50 anos para se ser optimista? A realidade nua e crua de Kourouma continua presente. Mas a metáfora vai-se localizando, deixando transparecer uma nova África. ■